



Célio Azeredo

Liminar pode exigir maioria do Supremo

CCJ aprova projeto que impede magistrado de conceder, individualmente, medida contra decisões do Legislativo federal, incluindo suas respectivas comissões

A concessão de liminar em mandado de segurança contra atos dos presidentes da República e do Supremo Tribunal Federal (STF) e das Mesas do Congresso, da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como suas respectivas comis-

sões, poderá requerer voto da maioria dos ministros da mais alta corte de Justiça. Projeto que impede ministro do STF de conceder, individualmente, liminar contra esses atos foi aprovado, em caráter terminativo, pela Comissão de Justiça.

A votação da matéria foi cercada de polêmica, a partir do voto em separado do líder do governo, Aloizio Mercadante, contra o projeto do senador José Jorge. Justamente pela polêmica, a votação da proposta pode receber recurso e ser decidida no Plenário. **Página 3**

Comissão de Justiça: muita polêmica antes da aprovação da proposta

Comissão de Justiça aprova proposta que financia a educação básica **Página 3**

Senadores do Brasil e do Chile trabalham pela integração

As comissões de Relações Exteriores dos Senados brasileiro e chileno terão reuniões periódicas para discutir o relacionamento bilateral e as questões ligadas à integração continental.

A decisão foi anunciada ontem, durante visita de uma delegação de parlamentares do Chile ao Senado brasileiro. Eles ressaltaram a necessidade da cooperação dos Parlaentos. **Página 8**



Jane Araújo

Na CRE, Roberto Muñoz (E) cumprimenta Camata, observado por Saturnino (sentado)



José Cruz

Em reunião com representantes de várias assembléias legislativas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a Casa está aberta à realização de convênios de cooperação com os legislativos estaduais. No Plenário, senadores defenderam a necessidade de apoiar os prefeitos que se encontram na IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. **Página 5**

CPI faz acareação sobre brasileira desaparecida

Objetivo é saber o paradeiro de Carla Vicentini, que morava nos EUA. **Página 8**

Lucena é o sexto homenageado pelo Conselho Editorial por meio da série *Grandes Vultos que Honraram o Senado*



Renan (E) enaltece a atuação no Legislativo e a militância democrática de Lucena

Publicação conta a trajetória política de Humberto Lucena

Em solenidade realizada ontem no Salão Negro do Congresso, foi lançado livro que narra a trajetória política de Humberto Lucena (1928-1998), deputado estadual, deputado federal e duas vezes presidente do Senado e do Congresso. Editada pelo Conselho Editorial do Senado, a obra é o sexto volume da série *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

Lucena, que começou sua carreira no extinto PSD, viveu os momentos mais marcantes de sua carreira no MDB e depois no PMDB. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que Lucena foi um dos destacados defensores das eleições diretas em 1984 e que, na fase da redemocratização, propôs a revogação do decreto-lei que instituiu a censura prévia.

Na solenidade estiveram presentes, além de membros da família de Lucena, os senadores José Maranhão (PMDB-PB), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Pedro Simon (PMDB-RS), Efraim Morais (PFL-PB), Ney Suassuna (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Azevedo (PSDB-MG), Marco Maciel (PFL-PE), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mão Santa (PMDB-PI); e os deputados federais Mauro Benedito (PMDB-CE) e Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB).

A deputada estadual da Paraíba Iraê Lucena (PMDB) discursou em nome da família. Simon, Efraim e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, também se pronunciaram. Na solenidade, foi exibido um vídeo sobre Lucena produzido pela TV Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão às 14h. Pauta permanece trancada

A sessão deliberativa começa às 14h. A pauta de votações está trancada pela medida provisória que reajustou a tabela de desconto do Imposto de Renda Pessoa Física em 8% a partir de 1º de fevereiro e por dois projetos de lei de conversão que abrem créditos extraordinários para ministérios.

CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos marcou para as 10h30 o depoimento do subprocurador-geral da República Moacir Guimarães Morais Filho. Ele foi designado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para acompanhar a investigação do caso GTech.

CRE vota indicações de embaixadores

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) decide sobre as indicações de Frederico Duque Estrada Meyer ao cargo de embaixador do Brasil no Cazaquistão e de Eduardo dos Santos para a Suíça e Liechtenstein. Na pauta da Comissão de Orçamento (CMO), que se reúne às 11h, estão alterações no Plano Plurianual.

Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30 para discutir a possibilidade de conceder seguro-desemprego para empregado doméstico e aposentadoria diferenciada aos portadores da síndrome da talidomida.

Gov. Lula é tema de livro lançado por Mercadante

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), lançou ontem, no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, o livro *Brasil: Primeiro Tempo*. Ministros, deputados e senadores compareceram ao evento.

Publicado pela editora Planeta e com prefácio do presidente Lula, a obra é uma comparação do governo atual com o de Fernando Henrique Cardoso, compilando informações que vão da vulnerabilidade externa do país à desigualdade social. A idéia do livro surgiu a partir da publicação de *Tópicos de Conjunturas e Política Social*, gráficos e tabelas com indicadores econômicos e sociais que o senador edita desde 2003.

Durante o lançamento, o presidente do Senado, Renan Calheiros, avaliou que a publicação é um



Ministros compareceram ao evento de lançamento do livro de Mercadante (E)

passo importante para se chegar a um debate nacional.

– É preciso acabar com a idéia de crise e transformar este momento rico que vivemos em algo mais propositivo para que tenhamos mais certeza em relação ao futuro – disse Renan.

Borges: sem cumprir promessas, governo recorre à propaganda

César Borges (PFL-BA) citou ontem uma série de promessas feitas pelo presidente Lula, mas não cumpridas, como as metas do programa Primeiro Emprego (260 mil novas vagas todos os anos) e das parcerias público-privadas (PPPs). Na avaliação do parlamentar, o governo está iludindo a população por meio de propaganda.

O senador observou que, em três anos, o programa Primeiro Emprego criou apenas 3.936 vagas, razão pela qual está sendo desativado. No caso das PPPs, ele disse que nenhuma vaga foi criada, frustrando as expectativas do empresariado e da população.

César Borges mencionou também como exemplo de fracassos do governo o novo modelo do



Para César Borges, programas do governo fracassam em diversas áreas

setor energético; os investimentos em saneamento; a nova Sudene; as melhorias no atendimento do INSS; o chamado “espetáculo do crescimento econômico”; a criação de 10 milhões de empregos; a construção de dez presídios federais; a queda nas taxas de juros; e o aumento do salário mínimo em 100%.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Tião Viana, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Mão Santa

Antonio Carlos critica afirmação de Lula sobre saúde

Ao comentar afirmação do presidente da República de que “o serviço de saúde no país é quase perfeito”, publicada em *O Globo*, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou Lula de cinismo. Segundo o senador, a declaração teria sido desmentida, na terça-feira, por reportagem do *Jornal Nacional*, que exibiu milhares de pessoas em filas de postos de saúde.

– Vários especialistas e médicos de todas as entidades reagiram, como era natural, contra a mentira deslavada do presidente – disse o parlamentar.

Usando uma metáfora futebolística, Antonio Carlos frisou que o presidente Lula, ao elogiar o sistema de saúde brasileiro, não estaria se referindo ao Brasil real. “O presidente deve estar assistindo a outro jogo. No Brasil real, a saúde vem perdendo de goleada neste governo”, acrescentou.



Rosenevelt Pinheiro

Segundo Pavan, programas foram afetados por clientelismo e corrupção

Bolsa Família e Fome Zero não alcançaram objetivos, diz Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ontem, em Plenário, que as iniciativas do governo Lula para diminuir as “gritantes e vergonhas contraditórias” do Brasil não alcançaram os objetivos esperados. Segundo o parlamentar, tanto o programa Fome Zero quanto o Bolsa Família teriam sido afetados pelo “populismo clientelista, pela corrupção, pela desorganização, pela improvisação, pela má gestão e pela falta de objetividade do próprio governo”.

– O governo Lula está chegando ao fim e a sociedade brasileira continua à espera do grande salto social que foi prometido com estardalhaço durante a campanha eleitoral de 2002 e no primeiro ano de mandato – disse Pavan, acrescentando que, em menos de dois anos, o Bolsa Família apresentou falhas, incluindo desvio de recursos públicos.

Proposta aprovada na CCJ impede, em determinados casos, a concessão da medida por um único ministro

Liminar pode exigir maioria do Supremo

Projeto de lei do Senado que impede a concessão de liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) por apenas um ministro, em determinados casos, foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Conforme a proposta, nos mandados de segurança contra ato do próprio STF, do presidente da República, das Mesas e das comissões do Congresso ou de suas Casas, a medida liminar suspendendo o ato que deu motivo ao pedido deverá ser concedida por decisão da maioria dos membros do tribunal.

Somente em caso de extrema urgência ou risco de lesão grave, ou ainda em período de recesso, segundo o PLS 50/06, poderá o ministro-relator deferir a liminar, que deverá ser referendada posteriormente pelo tribunal pleno. De autoria do senador José Jorge (PFL-PE), o projeto teve como relator Demostenes Torres (PFL-GO). O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou voto em separado contra a maté-



José Jorge (à esquerda, com ACM) diz que PEC “vai preservar ministros do Supremo”

ria, mas foi vencido.

– Nós estamos insatisfeitos com as liminares do Supremo que estão impedindo o Congresso de trabalhar. Se elas forem concedidas de modo colegiado, como determina o projeto, nós respeitaremos mais as decisões do STF. Hoje, as liminares são dadas por apenas um ministro e há sempre muitos comentários sobre os motivos que o levaram a concedê-las; os jornais publicam

que o ministro foi nomeado pelo presidente da República, etc. – disse Demostenes.

De acordo com José Jorge, a proposta de sua iniciativa vai “preservar os ministros do STF, que se estão expondo em uma polêmica nos últimos tempos”.

– Quem tem que estar na luta política somos nós, e não os ministros do Supremo – observou.

Na justificativa, o relator argumenta que o projeto “fortalece a

construção democrática de soluções jurídicas para conflitos de interesse levados ao Judiciário”. Explica ainda que, como a proposta ressalva as situações de urgência, estão afastados quaisquer alegações de que poderia haver, em algumas situações, lesão ou perecimento de direitos.

Foi nesse ponto que tanto José Jorge como Demostenes questionaram o voto em separado de Mercadante. Para o líder do governo, o projeto poderia dificultar a concessão de liminares, à medida que criaria obstáculos para a celeridade desse processo. Tanto José Jorge como Demostenes explicaram que não haveria esse risco, já que estavam ressalvadas as situações de urgência, nas quais apenas um ministro poderia conceder a liminar.

– As preocupações do senador Mercadante não têm razão de ser. Os próprios ministros do Supremo inspiraram o senador José Jorge a propor essa medida. Não há nenhum risco de morosidade ou de tornar ineficaz a concessão de liminar – frisou Demostenes.

Fundo para a educação básica passa em comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem substitutivo de José Jorge à proposta de emenda constitucional que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

O novo instrumento deverá substituir o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), foi adiada para quarta-feira a decisão sobre as 38 emendas à proposta.

– Esta semana a mais é necessária para que conversemos com alguns segmentos da área educacional. Na próxima quarta, votaremos as emendas na CCJ e pediremos urgência para a votação da matéria em Plenário, no mesmo dia – disse Mercadante.

A proposta de autoria do governo (PEC 09/06) foi aprovada pela Câmara em janeiro deste ano. Como se trata de emenda à Constituição, a matéria terá de ser submetida a dois turnos de votação no Plenário do Senado.



Mercadante anuncia que pedirá urgência para votação da matéria pelo Plenário

Uma das principais diferenças entre o Fundeb e o Fundef é que este último atende apenas alunos do ensino fundamental, enquanto o Fundeb será estendido também ao ensino infantil – incluindo as creches que abrigam crianças de até cinco anos – e ensino médio.

Outro objetivo do Fundeb é valorizar os professores da rede pública, com a adoção de planos de carreira e um piso salarial de âmbito nacional, fixado por lei, para os que ingressarem na carreira por concurso público.

O novo fundo visa aumentar a participação da União no sistema

de ensino, que, atualmente, é praticamente mantido com recursos dos estados e municípios. Pelo substitutivo, o governo federal complementarará o fundo com R\$ 2 bilhões, no primeiro ano, R\$ 4,5 bilhões no segundo ano, e, do terceiro em diante, com 10% da soma de receitas do fundo referentes ao ano anterior.

A CCJ também aprovou ontem projeto de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho que cria 166 funções comissionadas no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (PLC 82/05).

Ideli destaca ações do governo Lula na área educacional

“Uma das coisas que mais me orgulha no governo Lula é essa preocupação em retomar o fortalecimento da educação pública de qualidade”, disse ontem a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), ao comunicar que a Comissão de Justiça aprovou o substitutivo à proposta que cria o Fundeb.

Entre as iniciativas da atual administração, ela destacou a fixação de cotas para índios e afrodescendentes, a expansão das universidades federais, a criação de centros federais de educação tecnológica (Cefets), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o reajuste do valor da merenda escolar e a ampliação do programa de distribuição do livro didático.

Ideli registrou, no mesmo pronunciamento, a realização, em todo o país, da VII Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Renan Calheiros recebe diretores e produtores, que defendem a ampliação, até 2016, dos incentivos fiscais em favor da indústria cinematográfica nacional

Prorrogação de estímulo ao cinema pode ser votada logo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comprometeu-se ontem, tão logo a pauta do Senado Federal esteja desobstruída, a colocar em votação o projeto de lei que prorroga até 2016 o prazo para concessão de incentivos fiscais à produção cinematográfica brasileira. O senador fez a afirmação ao receber diretores e produtores de cinema.

Participaram do encontro os presidentes da Comissão de Educação (CE), senador Gerson Camata (PMDB-ES), e da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), autor



Cabral diz que incentivo permitiu o renascimento do cinema brasileiro

da proposta. Cabral explicou que o setor está preocupado porque, de acordo com o artigo 1º da Lei do Audiovisual (8.685/93),

o prazo para benefícios fiscais à produção cinematográfica termina este ano.

O parlamentar fluminense salientou que essa legislação permitiu o renascimento do cinema brasileiro, ao possibilitar parcerias com o setor privado.

O projeto (PLS 361/05) foi aprovado em decisão terminativa pela CE, informou Sérgio Cabral, e seria encaminhado diretamente à apreciação da Câmara dos Deputados. No entanto, disse o autor, por solicitação da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a proposta será ainda analisada em Plenário.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Agripino critica desconhecidos no ministério de Lula

A escolha de pessoas pouco conhecidas para ocuparem os ministérios do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi criticada ontem, em Plenário, pelo senador José Agripino (PFL-RN). Mesmo sem nutrir desconfiança especial em relação aos indicados, o parlamentar acredita que o preenchimento das vagas por pessoas classificadas por ele como anônimas ocorreu pela recusa de “eméritos” em participar de um governo acusado de desvios éticos.

Mas a maior preocupação de Agripino é a possibilidade de esses desconhecidos estarem guardando lugar para “outras figuras”, como o ex-ministro José Dirceu. A desconfiança foi motivada por reportagem que aponta o petista,



José Agripino teme o retorno de ex-ministros, como José Dirceu

cassado pela Câmara em razão de envolvimento com o mensalão, à frente de uma eventual campanha, em Minas Gerais, para a reeleição de Lula.

– Minha preocupação é que os mesmos estão voltando. Um

sujeito cassado não tem direito a ficar exercendo funções políticas – afirmou.

Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu chamar esses “ilustres desconhecidos” a se apresentarem ao Senado. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse não ver problema na indicação de desconhecidos para os ministérios e considerou ser esperada a participação de José Dirceu em uma campanha pela reeleição do presidente Lula. Para o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), José Dirceu continua a ser um símbolo do PT. Os senadores piauienses Mão Santa (PMDB) e Heráclito Fortes (PFL) também endossaram as críticas ao atual governo.

Flexa Ribeiro defende lei estadual de incentivos fiscais

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou ontem, em Plenário, sua apreensão com os efeitos de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional parte de lei estadual de incentivos fiscais ao setor produtivo.

– Isso pode inviabilizar o crescimento econômico do estado e paralisar parte das 187 indústrias paraenses, que, desde 1997, geram 146 mil empregos diretos e indiretos – alertou o parlamentar.



STF considera inconstitucional parte da lei, o que preocupa Flexa Ribeiro

Segundo informou, essa lei conseguiu injetar na economia paraense, nos últimos nove anos, R\$ 6,1 bilhões, aplicados em infra-estrutura, na ampliação do parque industrial e no aumento da produção. Só a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teria obtido

um crescimento real de 10,5% no período.

A responsabilidade pela medida foi atribuída por Flexa Ribeiro a uma deputada e a uma vereadora do PT, que apresentaram ação popular, em julho de 2004, alegando que a lei provocava sangria na arrecadação tributária estadual. A iniciativa foi encaminhada ao STF pelo então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

– É um absurdo o que a deputada e a vereadora petistas fizeram. Foi a primeira vez no Brasil em que parlamentares questionaram na Justiça uma lei de desenvolvimento do próprio estado em que vivem e representam – protestou.

Heráclito rebate denúncia de uso de jatinho da Brasil Telecom

Senadores opositoristas e governistas saíram em defesa de Heráclito Fortes (PFL-PI), alvo de denúncia de uso de jatinhos da Brasil Telecom em viagens ao Piauí na época em que a empresa era controlada pelo grupo Opportunity, do empresário Daniel Dantas. O pefelista admitiu ontem em Plenário ter usado as aeronaves, mas contestou o número de viagens a ele atribuído em reportagem do jornal *O Globo*.

Heráclito acredita não haver qualquer ilegalidade ou crime nesse uso e considerou ser comum políticos, incluindo, entre eles, os do PT, pegarem carona em jatinhos. Embora confirme ter relação de amizade com Dantas, o senador sustenta jamais ter defendido interesses do Opportunity junto a órgãos públicos.

Ao procurar explicar a motivação da denúncia, Heráclito acusou um lobista do Citibank e integrantes do PT de tentarem desestabilizá-lo em represália pelas críticas que faz ao partido e ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. A tese de perseguição política foi reforçada ao afirmar que, assim como ele, outros parlamentares que teriam contrariado interesses do



Segundo Heráclito, a acusação seria em represália às críticas que faz ao governo

Citibank e dos fundos de pensão na CPI dos Correios – instituições que seriam protegidas pelo atual governo – também foram envolvidos na denúncia de uso dos aviões do Opportunity.

– O partido que me acusa é aquele em que um dirigente recebeu um Land Rover. Qual a autoridade que eles têm para acusar parlamentares que pegam carona em avião? O tempo se encarregará de colocar a verdade – observou.

Os esclarecimentos de Heráclito foram intercalados por apartes de 14 senadores. Os discursos foram de solidariedade e afirmação da conduta exemplar, prova ilibada do pefelista.

Almeida Lima reage a decisão de Renan contrária à criação de CPI

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) protestou ontem contra a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de não dar prosseguimento à criação da CPI que investigaria denúncias envolvendo o presidente Lula. O requerimento era de autoria de Almeida Lima e havia sido subscrito por outros 34 senadores.

– As razões para a decisão do presidente do Senado foram exclusivamente políticas, e não jurídicas – afirmou.

Renan apontou, entre as razões de sua decisão, a ausência de “fato determinado” e a apresentação de “fatos difusos, desconexos, pulverizados ou genéricos” no requerimento. Isso não atende, argumentou, às exigências da Constituição federal.

Lembrando ser formado em Advocacia, Almeida Lima reafirmou que seu requerimento tratava de “fatos concretos, claros, objetivos e não difusos”.

Em sua argumentação, o senador citou os juristas Pontes de Miranda e Celso de Mello. O parlamentar criticou as declarações de que a CPI não poderia prosperar porque este é um ano de



Pedido de CPI para investigar o governo tem fato determinado, diz Almeida Lima

eleições. Seu discurso recebeu o apoio de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Mão Santa (PMDB-RN).

Integração

Almeida Lima defendeu em Plenário que a América Latina e a União Européia façam concessões mútuas. Ele afirmou que os latino-americanos poderiam ser beneficiados, principalmente com concessões de caráter comercial.

O senador por Sergipe disse que tratou dessa questão durante o encontro realizado na Áustria entre representantes do Parlamento Latino-Americano e do Caribe (Parlatino) e do Parlamento Europeu.

Amir Lando quer recursos da Suframa para municípios



Roosevelt Pinheiro

Verba contingenciada poderia beneficiar municípios, diz Lando

Amir Lando (PMDB-RO) reivindicou, em nome dos prefeitos da Amazônia que participam da IX Marcha a Brasília, o descontingenciamento de R\$ 100 milhões de recursos do Orçamento oriundos da arrecadação anual da receita sobre o faturamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Segundo o senador, esses recursos fazem parte de um montante de R\$ 319 que estão contingenciados para compor o superávit primário de 2006, mas poderiam ser utilizados para beneficiar os municípios locais. Ele acrescentou que municípios de Rondônia, Acre, Amapá e Roraima ficam sem receber qualquer beneficiamento da Zona Franca.

Ramez Tebet pede respeito ao pacto federativo



Roosevelt Pinheiro

Tebet é favorável ao aumento de um ponto percentual no FPM

Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou seu apoio às reivindicações feitas pelos prefeitos brasileiros na IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Tebet pediu respeito ao pacto federativo – a forma como são distribuídas as atribuições dos municípios, dos estados e da União –, dizendo que as prefeituras não dispõem de recursos suficientes para arcar com suas responsabilidades. O senador endossou uma das principais bandeiras da marcha dos prefeitos: o aumento de um ponto percentual da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) que cabe ao Fundo de Participação dos Municípios, passando de 22,5% para 23,5%.

Osmar: contribuições devem reforçar fundo municipal



Roosevelt Pinheiro

Osmar Dias quer dividir CPMF e outros tributos com municípios

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/05, de sua autoria, que determina a destinação de 10% do total arrecadado com as contribuições sociais para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 10% para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. De acordo com o projeto, a arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), da Contribuição Social Sobre o Lucro, entre outras – que hoje é integralmente destinada à União –, deverá ser repartida com os demais entes da Federação.



José Cruz

Valadares defende fatia maior do bolo tributário para prefeituras

Para o senador, também ex-prefeito, é preciso um novo pacto federativo que garanta mais recursos para os municípios, além do aumento em um ponto percentual no FPM

O presidente do Senado, Renan Calheiros (D), disse que a Casa está aberta à realização de convênios com as assembleias legislativas. A afirmação foi feita ontem em reunião com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e do Conselho de Presidentes de Assembleias Legislativas Estaduais, deputado Rodrigo Garcia (PFL), o presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), deputado José Cardoso Távora, e deputados de vários estados.

Os representantes estaduais querem fortalecer e integrar o Poder Legislativo e, nesse sentido, apresentaram algumas proposições ao presidente Renan Calheiros, entre as quais propostas de emenda à Constituição de iniciativa das assembleias.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que é ex-prefeito, defendeu ontem um novo pacto federativo que dê aos municípios uma fatia maior na arrecadação tributária do país. Além do aumento em um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em apreciação pela Câmara, Valadares entende que o Senado deve começar a discutir o projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que repassa às prefeituras 10% de toda a arrecadação das contribuições cobradas pelo governo federal.

Depois de saudar a marcha dos



Roosevelt Pinheiro

Dívidas municipais com o INSS impedem novos investimentos, sustenta Valadares

prefeitos a Brasília, Valadares pediu que o governo resolva o impasse das dívidas das prefeituras com o Instituto Nacional

do Seguro Social (INSS). Segundo ele, grande número de municípios enfrenta problemas sérios por causa dessas dívidas, sem condições de fazer novos investimentos.

Outros senadores manifestaram apoio à marcha dos prefeitos, entre eles Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que destacou a presença dos prefeitos paraenses no encontro de Brasília, e Sibá Machado (PT-AC), que lembrou que o governo federal está liberando um pacote de R\$ 2 bilhões para atender a necessidades urgentes dos municípios em várias áreas, como a de saneamento.

Alvaro Dias exige votação de projeto sobre aposentadorias de agricultores

Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou contra a decisão da liderança do PT de “protelar a tramitação” de projeto de sua autoria que prorroga por mais 15 anos, a partir de julho próximo, o prazo para que agricultores possam se aposentar, por idade, com um salário mínimo.

A proposta seria votada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em outubro de 2005, mas, “por uma manobra da liderança do PT”, foi enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para audiências públicas, disse o senador.



Gerardo Magela

Alvaro Dias critica decisão de protelar tramitação da matéria

Senadores cumprimentam prefeito piauiense

O senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Mão Santa (PMDB-PI) apresentaram requerimento de voto de aplauso ao prefeito de Batalha (PI), Antônio Lage Alves, pelo prêmio Prefeito Empreendedor 2005, concedido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) aos que estimulam os pequenos negócios com impacto econômico e social.

Suplicy repudia decisão do governo iraquiano de executar terrorista

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem que o Senado aprove voto de repúdio contra a decisão tomada pela Justiça iraquiana de executar o suposto responsável pelo atentado ocorrido em 2003 a um prédio da Organização das Nações Unidas (ONU) em Bagdá e que resultou na morte de 22 pessoas, entre elas a do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello. O senador destacou que o diplomata era contrário à pena de morte, tendo abolido esse tipo de condenação quando administrou o Timor Leste, pequeno país do Sudeste Asiático.



Roosevelt Pinheiro

Suplicy: vítima do atentado era contra a pena de morte



Maguito diz que é por meio dessa estrada “que escoam as riquezas de Goiás”

Maguito anuncia duplicação de trecho goiano da BR-060

Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ontem a duplicação da BR-060 no trecho que se estende de Goiânia a Santa Rita do Araguaia – este município, também de Goiás, está localizado na divisa com o estado de Mato Grosso. Segundo Maguito, o trecho a ser duplicado tem aproximadamente 500 quilômetros.

O senador disse que é por meio dessa estrada “que escoam as riquezas de Goiás, como a soja, o algodão, o milho e o arroz, e onde estão instaladas as principais usinas de açúcar e álcool do estado, além dos grandes frigoríficos da região Centro-Oeste”. Ele afirmou ainda que esteve no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes, para confirmar o início do empreendimento.

Protesto contra quebra de sigilo de Iris Rezende

A quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-senador e atual prefeito de Goiânia, Iris Rezende, e a inclusão de seu nome na lista de indiciamentos propostos pelo Ministério Público da União (MPU) por envolvimento com o mensalão motivaram protestos em Plenário do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele responsabilizou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, pelas medidas “ilegais”.

Após sustentar nunca ter havido indício de envolvimento de Iris em esquema ilícito, Maguito informou que o prefeito já interpeleu judicialmente as duas autoridades para que dêem explicações sobre o caso. Para o senador, a violação dos dados bancários e fiscais e a inserção do nome do prefeito na lista de indiciamentos – sem ele ter sido investigado pela CPI dos Correios – podem ser consideradas crime.

Estudo da Universidade de São Paulo citado pelo senador aponta redução no índice de desnutrição de crianças do semi-árido nordestino

Tião Viana comemora redução no número de crianças desnutridas

O senador Tião Viana (PT-AC) se disse esperançoso com os resultados que os investimentos na área social realizados pelo governo Lula estão apresentando. Ele ressaltou, no entanto, que esses resultados são fruto também de investimentos feitos por governos anteriores.

Viana citou o estudo “Chamada Nutricional”, coordenado pelo professor Carlos Augusto Monteiro, da Universidade de São Paulo (USP), pelo qual foram acompanhadas 17 mil crianças no semi-árido nordestino, cujos resultados apontam uma significativa redução no índice de desnutrição. Das crianças pesquisadas, 92,8% fazem três refeições por dia e apenas 6,6%



Viana citou estudos do Banco Mundial que apontam queda da pobreza no Brasil

apresentam baixa estatura, principal fator indicativo de desnutrição. O senador ressaltou que 35,3% das famílias avaliadas são beneficiárias do programa Bolsa Família e informou ainda que 22% do orçamento do Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são destinados ao semi-árido do Nordeste.

Tião Viana também citou estudo do Banco Mundial que sinaliza queda de 3%, entre 2001 e 2005, nos índices de pobreza no Brasil, três vezes superior à média da América Latina, que alcançou 1% nessa redução. Segundo o parlamentar, o Banco Mundial considerou impressionante o impacto do Bolsa Família nesse resultado.

O senador acredita que as políticas públicas voltadas para a redução da pobreza devem ser políticas de Estado e não de governo e avalia tais resultados como “uma forte conquista” assegurada às crianças brasileiras.

Lúcia Vânia: problema ainda não foi resolvido

Na opinião de Lúcia Vânia (PSDB-GO), os dados apontados pela pesquisa “Chamada Nutricional” não significam que a questão da desnutrição esteja solucionada no país. A pesquisa constatou, nos últimos dez anos, uma redução da subnutrição, de 17,9% para 6,6%, entre as crianças de zero a cinco anos



Lúcia Vânia lembra que ainda há 150 mil crianças desnutridas

no semi-árido do Nordeste e no norte de Minas Gerais.

– Houve grande melhora na questão nutricional nas últimas décadas, mas há cerca de 150

mil crianças vítimas de desnutrição crônica na região pesquisada, número bastante superior ao tolerável – considerou.

Segundo a senadora, os pesquisadores admitem que o acesso ao saneamento básico e à educação e o programa Saúde na Família contribuíram para os resultados. Lúcia Vânia acredita que será necessário dar continuidade às políticas públicas para garantir que os níveis de desnutrição continuem diminuindo.

Projeto restabelece pontos vetados na lei de florestas

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), informou que estava apresentando projeto de lei destinado a restabelecer os pontos vetados pelo presidente da República no projeto aprovado pelo Congresso que prevê a concessão de florestas públicas para exploração privada. A proposta é assinada também pelos outros dois senadores do Amazonas, Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT), e pelo senador José Agripino (PFL-RN), que foi relator do projeto das florestas públicas.

Virgílio afirmou que o presidente da República “não honrou” acordos feitos no Senado para a votação do primeiro projeto e, agora, a liderança do governo



Pela proposta de Virgílio, Congresso irá votar concessão com mais de 2,5 mil ha

no Senado se compromete a dar uma rápida tramitação ao que apresenta. Um dos itens vetados, que consta na nova proposta, determina que o Congresso terá de aprovar toda concessão de florestas com mais de 2.500 hectares.

O projeto prevê ainda que os nomes indicados pelo Executivo para as diretorias do novo Serviço Florestal Brasileiro terão de ser aprovados pelo Senado. Arthur Virgílio comentou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, concorda com o teor do seu projeto.

Gasoduto

O senador disse ainda que o secretário-adjunto de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, João José Souto, em audiência pública na Câmara dos Deputados, na última terça-feira, confirmou que o gasoduto Coari-Manaus, assim como o gasoduto Coari-Porto Velho, não entrarão em operação antes de 2008.



Projeto que tramita na Câmara prevê a diminuição da burocracia, observa Gilvam

Gilvam Borges pede aprovação da lei que cria o Supersimples

Ao registrar que, em virtude da burocracia e da carga elevada de tributos, as empresas que vivem na informalidade atualmente já são o dobro das legalmente constituídas, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar 123/04, em tramitação na Câmara, que institui a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e cria o Simples Nacional, conhecido como Supersimples.

O Supersimples unifica o pagamento de nove impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. A iniciativa também prevê a adoção de facilidades de acesso ao crédito e diminuição da burocracia.



Segundo Antero, produtores do norte de MT protestam há mais de uma semana

Antero alerta para crise dos agricultores de Mato Grosso

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) voltou a chamar a atenção para a crise enfrentada por produtores rurais do norte de Mato Grosso, que realizam protestos há mais de uma semana na região. Segundo o parlamentar, o governo federal ainda não destacou nenhuma autoridade para negociar com os manifestantes.

– O governo também não aceitou com nenhuma medida capaz de diminuir os efeitos perversos da alta dos juros, da desvalorização cambial e da queda dos preços dos produtos agrícolas – disse, ao informar que os protestos têm o apoio da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Tourinho critica opção do governo pelo gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina

Tourinho afirma que Gasene deveria ser prioridade do Brasil

Ao se referir à reunião ocorrida ontem entre os presidentes da Argentina, Brasil e Venezuela, em que o presidente Hugo Chávez garantiu para julho a apresentação do projeto final do gasoduto interligando os três países, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou o governo por optar pela execução da obra em detrimento da construção de outros gasodutos menores e mais baratos. Na avaliação do senador, o governo deveria iniciar logo a construção dos gasodutos Urucu-Porto Velho, Coari-Manaus e sobretudo do Gasoduto do Nordeste (Gasene), cujos custos estariam em torno de apenas US\$ 1,5 bilhão cada um.

Além de questionar o alto custo do gasoduto Venezuela-Argentina-Brasil – ainda não definido totalmente, mas previsto em torno de US\$ 23 bilhões –, Tourinho reclamou de o governo Lula não ter acrescentado “nem um metro à rede do Gasene”.

– Vi hoje Lula preocupado com crise de energia na América do Sul, mas não com a do Nordeste, que é crise anunciada – disse.

Tourinho lançou dúvidas sobre a viabilidade econômica do gasoduto transnacional diante da recusa da Venezuela em revelar o valor das reservas de gás a ser exportado, alegando razões estratégicas. De acordo com o senador, a possibilidade de a Venezuela ser obrigada a subsidiar o gás para viabilizar o projeto colocaria o Brasil em situação de dependência desse país, da mesma forma como já ocorre em relação à Bolívia.

Senadores da oposição dizem que auto-suficiência em petróleo não é mérito do governo Lula, mas resultado de um processo de meio século

Sarney saúda Petrobras pela conquista da auto-suficiência

A marca da auto-suficiência do país em petróleo, alcançada pela Petrobras, mereceu destaque do senador José Sarney (PMDB-AP) em pronunciamento. Segundo o parlamentar, a produção maior que o consumo do produto é resultado dos grandes e continuados esforços da empresa estatal ao longo de mais de meio século.

Sarney lembrou que, ao final do seu mandato como presidente da República, em 1990, a Petrobras já produzia petróleo em profundidades de quase 500 metros, no Campo de Marimbá, na Bacia de Campos (RJ), marcando o início da escalada de águas profundas que levou a empresa à liderança



Sarney lembra a história da Petrobras, “a mais profissional das estatais do Brasil”

mundial no setor, hoje com poços sob lâmina d’água de até 2 mil metros.

O senador ressaltou que a aber-

tura do setor, em 1997, depois de décadas de monopólio da estatal, não alterou sua capacidade tecnológica e econômica, uma vez que capitaneia as empresas transnacionais que acorrem ao Brasil.

– Aos que apostavam em seu colapso com a chegada da concorrência, a companhia respondeu sem mágicas nem protecionismos, provando ser a mais profissional das empresas estatais do Brasil. Aos que a queriam ver privatizada, mostrou que seus dirigentes e corpo técnico sabem conduzi-la com padrão de excelência de empresa privada, sem medo da competição – finalizou.

Para Virgílio, FHC acelerou êxito da produção petrolífera

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a auto-suficiência em petróleo conquistada pela Petrobras foi resultado de um processo de mais de 50 anos. Na interpretação do senador, o governo Lula está tentando usar o fato como uma “campanha desonesta e ufanista, uma estratégia de marketing eleitoral”.

Virgílio informou que o crescimento da produção de petróleo no Brasil teve uma média de 12% ao ano durante o governo Fernando Henrique Cardoso, enquanto hoje a média é de 5% ao ano. Para o líder do PSDB, o Executivo está colhendo o que diversos outros governos plantaram ao longo de décadas, “aquilo que a sociedade brasileira construiu, no decurso de muitas lutas e muito aprendizado”. O senador afirmou que o “êxito da Petrobras foi acelerado” no governo passado.

– A nação está cansada de tanta mentira. E Lula não percebe que há limite para a leviandade. Lula empunha a bandeira da auto-suficiência com vistas a sua campanha de reeleição. Deveria levar em conta que essa meta é produto de processo histórico de mais de 50 anos – observou.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), José Jorge (PFL-PE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e César Borges (PFL-BA) apoiaram o pronunciamento de Virgílio.

José Jorge: PT promoveu “aparelhamento” da estatal

José Jorge (PFL-PE) condenou o que chamou de aparelhamento da Petrobras pelo governo do PT. Segundo o senador, a recente saída de Luiz Rodolfo Landim Machado da presidência da BR Distribuidora ocorreu por pressão política do governo do presidente Lula e do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

– Landim, um engenheiro de carreira que alcançou sucesso na Petrobras, não seria uma pessoa alinhada com as pretensões político-partidárias do governo, ao contrário de Gabrielli, que, pelo que sei, é militante do PT e até participa como garoto-propaganda de um anúncio do partido na televisão, o que considero uma atitude indevida para um presidente da Petrobras – protestou.

O senador disse que Landim é um dos mais qualificados profissionais de engenharia na área de exploração de petróleo, com 25 anos de trabalho na estatal, tendo reconhecida participação nas prospecções que levaram à implantação da Bacia de Campos (RJ) e depois na instalação da própria BR Distribuidora, que opera, entre outras atividades, o gás combustível.

– Já Gabrielli se afina com a meta de aparelhamento da Petrobras pelo governo, nem sequer é técnico, e ocupa um cargo em comissão por indicação política – comparou José Jorge.



Paim acredita que, se os estados quitarem dívidas, a companhia pode superar a crise

Paim quer audiência com governadores sobre caso Varig

Paulo Paim (PT-RS) informou que apresentará, na próxima terça-feira, requerimento sugerindo que os governadores e secretários de Fazenda dos estados que mais devem à Varig sejam convidados a participar de audiência conjunta nas comissões que estão debatendo a crise na empresa: comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

– As quatro unidades da Federação que mais devem à empresa são Rio Grande do Sul (R\$ 107 milhões), São Paulo (R\$ 410 milhões), Amazonas (R\$ 119 milhões) e Distrito Federal (R\$ 104 milhões). A dívida total dos estados brasileiros com a Varig chega a R\$ 1,3 bilhão – ressaltou.

O senador registrou que estão sendo feitas gestões junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que a Varig possa contrair empréstimo de R\$ 400 milhões.

Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu que o Congresso aprove autorização especial para que o governo possa fazer o encontro de contas com a Varig e não recorra até a última instância. Paim disse que as dívidas entre o governo e a empresa aérea giram em torno de R\$ 4,5 bilhões. Ele revelou que já solicitou à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o agendamento de audiência para que os membros da CI, CAE, CAS e CDR possam debater a situação da Varig com o presidente Lula.



Mão Santa diz que a falta de recursos do governo federal ameaça o parque

Mão Santa alerta para abandono do Parque Nacional da Serra da Capivara

Mão Santa (PMDB-PI) alertou os demais senadores para a situação de abandono pela qual passa o Parque Nacional da Serra da Capivara (PI). Ele comentou a matéria “Serra da Capivara sob ameaça de abandono”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, que detalha os problemas pelos

quais passa o parque.

O senador avisou que a diretora da Fundação Museu do Homem Americano (Fundham), Niède Guidon, ameaçou “entregar o parque” ao governo, caso não receba os recursos mínimos para a manutenção da entidade. A Fundham e o Ibama gerenciam

o parque nacional, que foi reconhecido pela Unesco, em 1991, como Patrimônio Cultural da Humanidade por abrigar o maior número de pinturas e inscrições rupestres ao ar livre do planeta.

Mão Santa informou que, de acordo com Niède, há 40 mil anos a Serra da Capivara já era

habitada por seres humanos, e destacou que a região atrai turistas, pesquisadores, arqueólogos e paleontólogos de todo o mundo em razão da riqueza histórica do parque. Amir Lando (PMDB-RO) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em apartes, elogiaram o pronunciamento.

Integrantes das comissões de Relações Exteriores dos Senados dos dois países, reunidos ontem, resolveram que os colegiados passarão a ter encontros periódicos



Presidente da CRE, Saturnino (C) recebe o senador Roberto Muñoz (E), acompanhado do embaixador chileno, Demétrio Infante

Senadores do Brasil e do Chile decidem integrar legislativos

As comissões de Relações Exteriores dos Senados do Brasil e do Chile passarão a ter reuniões periódicas para discutir o relacionamento bilateral e as questões ligadas à integração continental. A decisão foi tomada ontem por membros dos colegiados dos dois países, durante visita de uma delegação chilena à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A proposta foi apresentada pelo presidente da comissão chilena, senador Roberto Muñoz. Ele elogiou os acordos bilaterais firmados durante a recente viagem a Brasília da presidenta do Chile, Michelle Bachelet, como os de complementação energé-

tica e de cooperação ambiental. Ressaltou ainda a necessidade de incluir o Legislativo no processo de integração.

– Queremos institucionalizar o contato entre as comissões de Relações Exteriores de nossos países para que possamos analisar temas como os tratados de livre comércio – disse Muñoz, ao convidar os senadores brasileiros para uma visita ao Senado chileno.

Em resposta, o presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ), considerou a proposta “bastante interessante” e lembrou que as relações diplomáticas têm estado limitadas à ação dos governos. O senador comprometeu-se a manter correspondência com seu

colega chileno para estabelecer uma pauta de itens a serem tratados no próximo encontro, que deve ocorrer em Santiago.

Integravam a delegação chilena quatro senadores, sendo dois da base de apoio ao governo. Entre os de oposição, Sergio Romero observou que o Chile tem “uma só política internacional”, na qual destaca-se a relação com o Brasil.

Igualmente de oposição, Juan Antonio Coloma considera que ainda falta integração política entre Chile e Brasil. Por sua vez, o senador socialista Jaime Gazmuri previu que os dois países podem exercer um “papel estabilizador” na América Latina.

Admiração, respeito e disposição para estreitar laços

Os senadores brasileiros foram unânimes na demonstração de simpatia e admiração pelo Chile, durante a visita de cortesia de parlamentares daquele país à Comissão de Relações Exteriores. Assim como no caso da delegação visitante, senadores governistas e de oposição estiveram de acordo com o aprofundamento da relação bilateral.

Primeiro a falar, depois da abertura da reunião por Roberto Saturnino, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou a “boa impressão” causada entre os parlamentares brasileiros pela nova presidenta do Chile, Michelle Bachelet, em sua recente visita ao país.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) solicitou a inclusão

da cidade de Vitória no roteiro da próxima visita de parlamentares do Chile, uma vez que a cidade mantém forte relação econômica com esse país. Camata observou que 72% das garrafas de vinho provenientes do Chile entram no Brasil pelo Espírito Santo.

O Chile foi apontado como “o país mais civilizado da América Latina” pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), para quem a permanência em Santiago, durante o período da ditadura militar brasileira, foi a maior responsável pela formação intelectual do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Por sua vez, Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou o fato de o Chile ter elegido uma mulher para a Presidência da República.

O líder do PMDB, Ney Suas-

una (PB), elogiou o Chile por ter feito o seu “dever de casa” nas áreas de educação, justiça e economia, e disse que o Brasil também busca fazer o seu, apesar de ser um país grande e complexo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu a inclusão da questão da renda mínima nos próximos debates entre parlamentares dos dois países. E o senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a ampliação do diálogo político, após observar que a América do Sul requer, no momento, uma “ação mais articulada”.

– Se há no continente um país com o qual o Brasil pode fazer uma boa parceria nesse sentido, esse país é o Chile – afirmou Maciel.

Brasileiro no exterior poderá ter aposentadoria facultativa do INSS

A CPI da Emigração Ilegal examina projeto de lei destinado a regularizar a situação previdenciária de brasileiros que trabalharam no exterior, inscrevendo-os no Regime Geral de Previdência Social como segurados facultativos. Em reunião ontem, a CPI abriu prazo de dez dias para receber emendas à proposta, antes de apresentá-la ao Senado.

Pelo projeto em debate, o brasileiro que tiver trabalhado em país estrangeiro poderá requerer sua inscrição retroativa a esse período, devendo contribuir como segurado facultativo. O pagamento poderá ser feito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sem multas e parcelado em até 60 prestações mensais.

A comissão argumenta, na justificativa do projeto, que, nos encontros com lideranças brasileiras

no exterior, a principal queixa do emigrante, além da precariedade da assistência consular, é o desamparo previdenciário, pois somente quem desenvolve atividade econômica no Brasil pode requerer contribuição retroativa de segurado.

Seminário

No dia 21 de junho, a CPI realizará o seminário “Cidadania sem Fronteiras”, para debater mudanças na legislação brasileira que possam amenizar as dificuldades dos brasileiros que emigram, bem como apresentar programas de oportunidades de emprego e de qualificação de mão-de-obra.

Estão previstas exposições de especialistas, lideranças políticas e econômicas, além de delegações estrangeiras. O relatório final da CPI será apresentado depois do seminário, ainda em junho.



Crivella acompanha relato de Tânia Vicentini sobre sua filha à CPI da Emigração Ilegal

CPI investiga desaparecimento de brasileira nos EUA

Depois de ouvir o depoimento de Tânia Maria Vicentini, cidadã brasileira cuja filha, Carla, desapareceu em Newark, New Jersey (EUA), no dia 9 de fevereiro, a CPI da Emigração Ilegal aprovou requerimento para realizar acareação entre José Fernandes Madeira Martins e Maria Eduarda Ribeiro, as últimas pessoas que teriam visto Carla.

Tânia relatou que, em sua visita aos Estados Unidos, teve contatos com a polícia norte-americana e com o cônsul do Brasil em Nova York, obtendo solidariedade. Entretanto, as investigações não avançaram e ela decidiu pedir ajuda à CPI da Emigração.

O deputado Hermes Parcianello (PMDB-PR), amigo da família, apontou falta de colaboração da diplomacia brasileira. Segundo ele, quando cidadãos brasileiros desaparecem, os consulados hesitam em contratar advogados ou investigadores particulares.

Agenciadores de emigrantes ilegais são convocados

A convocação de Gentil da Cruz, suspeito de agenciar emigrantes ilegais para os Estados Unidos, a partir da cidade de Governador Valadares (MG), foi aprovada ontem pela CPI da Emigração Ilegal. A oitiva deverá ser realizada na próxima semana.

A comissão acolheu ainda a convocação de membros da quadrilha “Cegonha”, identificada como responsável pelo envio ilegal de crianças e adolescentes aos EUA. O grupo foi desarticulado pela Polícia Federal, em fevereiro. Serão chamados a depor Fátima Mesquita, considerada chefe da quadrilha, Júlia de Oliveira e o sargento da PM do Rio Billy Graham de Mendonça.

O presidente da CPI, Marcelo Crivella (PRB-RJ), comunicou que as providências solicitadas às autoridades brasileiras e norte-americanas resultaram na liberação da maior parte dos brasileiros detidos na fronteira dos EUA.